

Os problemas recentes e as muitas virtudes do Mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais no Brasil

Antônio Carlos Lessa*

A expansão recente que se observou na oferta de formação em Relações Internacionais foi problemática e vê-se que a área ainda tem falhas sérias de estruturação. Mas, ao tempo em que se verifica a existência de uma grande oferta de formação específica, cabe perguntar como está se estruturando o mercado de trabalho para os egressos.

Nesse sentido, a observação geral a ser feita é que o mercado de trabalho para bacharéis e pós-graduados em Relações Internacionais é já uma realidade, ao contrário do que acontecia nos anos setenta quando a UnB criou o primeiro curso, e teve que investir energias importantes em divulgar o perfil do egresso e em convencer os potenciais empregadores a empregá-lo. Pode-se afirmar que o mercado tem bom tamanho, comporta múltiplas possibilidades para a organização criativa de carreiras e pode ser expandido – mas isso ainda depende em grande parte do comprometimento das instituições de ensino com a divulgação do curso e do perfil do egresso. O mercado está definitivamente consolidado apenas em Brasília, mas existem muitos espaços a serem construídos nos outros estados da federação.

De todas as formações na área de ciências humanas, a de Relações Internacionais é uma das que possui a maior versatilidade. O egresso do curso tem, potencialmente, muitas possibilidades de se inserir profissionalmente no mercado de trabalho, que se ainda é majoritariamente caracterizado pela forte presença do setor público, tem muitas oportunidades em outros setores.

O setor público, nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal), com efeito, foi o que mais cresceu desde os anos setenta. Os órgãos da administração federal estão preparados para lidar com

as interfaces externas das diferentes políticas públicas, nas mais diversas áreas. Todos os ministérios possuem assessorias internacionais e muitas divisões e departamentos que lidam com temas internacionais, e oferecem oportunidades de trabalho para o profissional de Relações Internacionais, seja na área da cooperação internacional, da negociação internacional, ou da gestão de programas de governo.

Diferentes carreiras de Estado foram organizadas ao longo dos anos noventa com o objetivo de atrair quadros para a atuação direta na formulação de políticas públicas com repercussão internacional, rompendo o monopólio da carreira diplomática nesses assuntos. Assim, as carreiras de analista de comércio exterior (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), de analista de finanças e controle e de especialista em políticas públicas e gestão governamental (Ministério do Planejamento), de analista de informações e pesquisador (Agência Brasileira de Inteligência), entre outras, possuem grandes atrativos para os profissionais recém-formados, tanto pela remuneração e estabilidade, quanto pelo fato de que oferecem a possibilidade de atuação na área de Relações Internacionais. Além da administração direta, as agências reguladoras, criadas ao longo da segunda metade dos anos noventa, também possuem estruturas de cooperação e assessoria internacional e oferecem carreiras estruturadas.

Oportunidades de trabalho na área têm surgido nos últimos anos em decorrência da criação de Assessorias e Secretarias de Assuntos Internacionais nos governos estaduais e municipais (especialmente das capitais). Esse é um movimento importante, que evidencia que os governos das entidades subnacionais

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), editor da Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) e coordenador da Rede Brasileira de Relações Internacionais (RelNet).

desejam se preparar melhor para tratar dos temas da agenda internacional do Brasil que lhes interessam, como a atração de investimentos estrangeiros, os projetos de cooperação técnica internacional, e o diálogo com as áreas técnicas do governo federal que gerenciam programas de financiamento externo, entre muitas outras necessidades. O próprio Ministério das Relações Exteriores percebeu essa movimentação e criou em 1997 uma Assessoria de Relações Federativas, com o objetivo precípua de assessorar os governos estaduais e municipais nas suas relações externas.

As organizações internacionais que possuem representação no Brasil são tradicionais empregadores de egressos de cursos de Relações Internacionais. Com efeito, a gestão de projetos de cooperação e das relações com os órgãos do poder executivo têm demandado mão-de-obra especializada em nível crescente. Do mesmo modo, as embaixadas e consulados estrangeiros têm aumentado a sua participação no mercado de trabalho especializado, tanto porque necessitam ampliar os serviços de monitoramento político e econômico, quanto porque os seus escritórios de prospecção de negócios têm se mostrado muito mais ativos ao longo dos últimos anos.

O aumento do número de postos de trabalho no setor privado permanece como a grande promessa da área. É fato que muitos bancos, indústrias de grande e médio portes e empresas do setor de serviços (turismo, exportação e importação, consultorias etc) têm atraído para os seus quadros profissionais com formação em Relações Internacionais, especialmente por meio dos programas de *trainees* que recrutam jovens egressos de diversas áreas, mas este caminho ainda tem que ser trabalhado com atenção.

O terceiro setor tem crescido em importância como recrutador de quadros na área ao longo das duas últimas décadas. As organizações não-governamentais brasileiras e estrangeiras passaram a assumir funções de intermediação que eram inéditas até bem pouco tempo atrás. Com efeito, muitas organizações que militam na área ambiental, da saúde, cultural etc, estão conectadas a amplas redes internacionais de congêneres, que por vezes lhes propiciam assistência e cooperação técnicas e financiamento para projetos. Algumas das grandes

organizações que atuam na área ambiental, por exemplo, possuem escritórios de representação bastante ativos no Brasil, com o objetivo de monitorar as atividades dos governos locais e de pressionar o poder público.

A carreira acadêmica promete ser uma grande empregadora nos próximos anos. A expansão do ensino em nível de graduação por si só já é um indicador bastante auspicioso de que deve crescer o recrutamento de quadros com formação específica, especialmente com pós-graduação. Os critérios que o Ministério da Educação adotou para autorizar novos cursos, adicionadas às exigências constantes do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior para o credenciamento dos cursos existentes, indicam que as instituições de ensino devem se empenhar cada vez mais em atrair profissionais experimentados para as suas salas de aula.

A evolução do mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais, juntamente com a transformação do quadro de oferta do ensino especializado que se desenrolaram ao longo dos últimos anos, permite que se proponha, como conclusão, um perfil profissional de síntese. Para tanto, é necessário contemplar as experiências de formação desenvolvidas desde as origens do ensino na área do Brasil, considerar as suas especificidades, e contrapô-las às demandas do mercado. É também necessário considerar que o crescimento do ensino de Relações Internacionais, juntamente com a expansão e o amadurecimento da reflexão científico-acadêmica especializada, são dois processos interligados, que traduzem o modo como os atores sociais e o Estado responderam à internacionalização crescente da vida nacional e como procuram se adaptar aos desafios e às oportunidades disso decorrente.

Assim, o profissional de Relações Internacionais é, acima de tudo, um formulador e um implementador de políticas que têm repercussão internacional para os seus empregadores, sejam públicos, privados ou do terceiro setor, nacionais ou internacionais – é, em poucas palavras, um agente que foi estabelecido para mediar a complexa interface entre o externo e o interno, cujo diâmetro só cresceu no Brasil ao longo dos últimos anos.